

EMENDA Nº - PLEN

(ao PL nº 3244, de 2020)

Acrescente-se o seguinte art. 3º ao Projeto de Lei nº 3.244, de 2020, renumerando-se o atual art. 3º como art. 4º:

“**Art. 3º** O inciso III do art. 1.048 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1.048.

.....

III - em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), mesmo nas ações de família ajuizadas contra o autor da violência fora dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na forma do disposto no § 1º do art. 14-A dessa mesma Lei.

..... (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

Por intermédio da Lei nº 13.894, de 29 de outubro de 2019, que promoveu diversas alterações na Lei Maria da Penha, já havia sido introduzido no Código de Processo Civil o inciso III do art. 1.048, dando prioridade de tramitação aos processos em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar.

O nosso intuito com a presente emenda é explicitar que, mesmo quando a ofendida optar por ajuizar as ações de família contra o ofensor nas varas de família, portanto fora do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ela também possa se valer desse benefício de prioridade na tramitação do seu processo, abreviando, assim, todo o transtorno que certamente lhe causará o litígio com o seu ofensor.

Sala das Sessões,

Senadora ELIZIANE GAMA



SF/21311.69546-04